O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL

FÁTIMA ROSANGELA GEBIM

RESUMO
O artigo analisa como o ensino superior brasileiro apresenta três tendências: crescimento, diversificação e crescimento do setor privado. Ênfase especial é colocada no terceiro. São apresentados dados e argumentos sobre o crescimento do setor privado e as possíveis causas desse aumento nas matrículas na graduação e sua participação percentual no total nacional. Em particular, o caso de instituições de ensino superior não universitárias ou de baixo perfil é analisado e há especulação sobre o papel complementar que parecem ter no ensino superior na oferta de oportunidades educacionais para aqueles que, por razões de economia ou espaço limitado. O crescimento da participação das instituições privadas no ensino superior parece ser um sinal dos nossos tempos. Além do inquestionável aumento quantitativo das matrículas em todos os níveis educacionais na maioria dos países, a taxa de crescimento e a proporção do total alcançado pela educação privada, particularmente no nível superior (graduação), é verdadeiramente importante.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentos; Crescimento; Diversificação.

INTRODUÇÃO

Este texto busca traçar um panorama geral da educação superior brasileira, destacando os principais aspectos das mudanças e políticas implementadas entre 1995 e 2007 (Governos de Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002, e de Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 -). Apresenta uma análise das principais tendências e desafios, com base em informação e dados sobre os principais indicadores e tendo em consideração: políticas governamentais e enquadramentos jurídicos; ampliação das matrículas, instituições e funções e áreas de atuação do ensino superior; diversificação e novos modelos institucionais; financiamento, diferenciação de fontes e novos tipos de provedores; mudanças no ethos acadêmico; mercantilização, privatização e privatização interna; internacionalização e transnacionalização; políticas públicas de equidade (ampliação do acesso e permanência de grupos tradicionalmente marginalizados de jovens); relevância e responsabilidade social. A título de conclusão, algumas das principais tarefas da educação superior brasileira são apresentadas de forma muito rápida, especialmente aquelas relacionadas a questões de relevância, qualidade social, equidade, democratização, ampliação do acesso e condições de permanência.

Assim como outros países latino-americanos, principalmente a partir da década de 1990, o Brasil vem passando por diversas mudanças em seu sistema de ensino superior, na graduação. Dois grandes desafios oferecem as motivações para essas mutações: aumentar a competitividade da economia no mundo globalizado por meio do aumento da formação de profissionais e, por outro lado, fortalecer os valores democráticos, especialmente a equidade, por meio da ampliação das oportunidades de acesso e permanência e fortalecimento de valores adequados à formação cidadã. Todas as tentativas de mudanças e transformações têm enfrentado a difícil realidade de escassez de recursos financeiros em um contexto de crescente demanda por cotas e a necessidade de responder aos antigos e novos papéis econômicos da educação superior no mundo da economia globalizada.

A característica mais óbvia do período em análise (1995-2007) é a expansão gratuita e duvidosa de qualidade do setor privado com fins lucrativos. Como consequência da ampliação do setor privado, observa-se a intensificação da funcionalidade econômica e utilitária do ensino superior, com diversas manifestações de lógica comercial até mesmo nas instituições públicas. Entre as categorias de público estatal e privado com fins lucrativos, encontra-se um sector constituído por instituições privadas que procuram cumprir tarefas públicas, embora se encontrem agora em sérias dificuldades financeiras: são as chamadas comunitárias mais

recentes e geralmente identificadas com os respectivos ambientes, e confessional, mantida por organizações religiosas.
O sistema de ensino superior brasileiro é muito complexo e desigual, assim como o próprio país. O Brasil tem dimensões continentais. Com 8.456.510 km2, nas Américas perde em extensão territorial apenas com Canadá e Estados Unidos. Seu território corresponde a 1/5 do total da América, 1/3 da América Latina e quase a metade da América do Sul. Sua população de aproximadamente 185 milhões, da qual 82% vivem em áreas urbanas, corresponde à metade do total na América do Sul e, em 2.000, apresentou um crescimento anual de 1,39º. Apesar de estar oscilando entre as 8 e 14 nações mais ricas do mundo (dependendo do momento e das metodologias), apresenta um IDH muito pobre (0,792, em 2003, ou seja, 62º lugar no mundo e 13º na AL) e é um dos países mais injustos e desiguais do planeta. A histórica injustiça social é responsável por notáveis vulnerabilidades na educação brasileira, que tem impactos muito negativos na consolidação da democracia, na competitividade internacional e no desenvolvimento humano sustentável.

O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A exemplo de outros países latino-americanos, o sistema de ensino superior brasileiro nos últimos dez anos apresenta forte tendência à estratificação. As referências conceituais sobre suas formas de organização, modalidades de oferta educacional e interpretação de seus papéis sociais perderam sua homogeneidade e precisão. O sistema foi estratificado em diferentes modelos institucionais (diversificação), objetivos múltiplos (diferenciação), várias magnitudes e vários níveis de qualidade e prestígio. Este fenômeno de transbordamento, pressionado pelo crescimento quantitativo e qualitativo das demandas, está causando não só uma enorme diversificação na tipologia das instituições e nas formas de veiculação das ofertas educacionais, mas também tem produzido uma grande abundância de leis e regulamentos.
O sistema de ensino superior no Brasil é composto por 257 instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e 2.141 privadas. Os privados podem ser sem fins lucrativos - é o caso dos "comunitários" e confessionais - e com fins lucrativos. As Instituições de Ensino Superior (IES) estão organizadas em universidades (instituições complexas e completas, que oferecem ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação, em geral envolvendo diversos setores do conhecimento; agora são admitidas universidades especializadas em uma área), centros universitários (sem obrigatoriedade para fazer pesquisas), e poderes (faculdades). Do total de 2.398 instituições, 92% são instituições de pequeno porte que se dedicam exclusivamente ao ensino e visam proporcionar uma qualificação rápida aos alunos, com o objetivo de facilitar sua inserção no mercado de trabalho.
Diante do crescimento do ensino superior não universitário de caráter privado, respeitadas as exceções, não só a universidade, mas mesmo todo o sistema, tem perdido muito do sentido da educação como bem público de necessariamente qualidade e valor social.
A dualidade da sociedade brasileira causa enormes disparidades nas oportunidades de estudo e trabalho, que se refletem tanto em nível individual quanto em termos geográficos. Por exemplo, o estado de São Paulo (sudeste) tem quase um quarto dos alunos das instituições de ensino superior brasileiras e metade dos pesquisadores; por sua vez, as regiões mais pobres do Nordeste e do Norte apresentam vulnerabilidades quantitativas e qualitativas significativas na oferta de educação e produção científica. A injustiça social se manifesta em todos os setores da vida brasileira, com reflexos importantes no ensino superior: 34,4% dos alunos das IES públicas pertencem aos 10% mais ricos da sociedade, enquanto esse percentual sobe para 50% na privada. Por outro lado,12% dos alunos das escolas públicas pertencem às camadas mais pobres, percentual que cai para 5% nas privadas.

QUADRO REGULATÓRIO

Alguns instrumentos jurídicos que foram importantes para a evolução da conformação do subsistema de ensino superior são mencionados de forma sucinta a seguir. Na

década de 1960, por iniciativa dos Governos Militares daqueles anos de ditadura, os estudos e as propostas de mudanças apresentadas pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) tiveram grande impacto, que acabaram sendo incorporados à Reforma do Ensino Superior de 1968. A Lei nº 5.540 / 68 contribuiu com profundas alterações visando aumentar a eficiência do ensino superior brasileiro. Muitas dessas medidas ainda estão em vigor, tais como: regime departamental, extinção da cátedra, carreira docente, regime de tempo integral e horário exclusivo, regime semestral de créditos e matrículas por disciplina, criação do conceito de campus universitário (em geral, locais distantes de aglomerados urbanos), diversificação na duração dos cursos acadêmicos de graduação, organização de estudos de pós-graduação e suas estruturas de pesquisa, etc. (CUNHA, 1989). Em consonância com a tentativa de aumentar a eficiência, muitas facilidades foram concedidas na década de 1970 para a criação de instituições privadas.

A nova Constituição da República Federativa do Brasil (1988) contribuiu significativamente para a facilitação dos serviços educacionais privados. Ela estabelece que "a educação é gratuita para a iniciativa privada", sob duas condições: "cumprimento das normas gerais da educação nacional"; e "autorização e avaliação da qualidade pelo poder público", incluindo, nas metas a serem alcançadas, a melhoria da qualidade do ensino. Lá, também se estabelece a necessidade de processos de avaliação para garantir a qualidade.

Por sua vez, a Lei 9.131 / 95 cria o Conselho Nacional de Educação e destaca os pilares das políticas do Ministério da Educação à época: qualidade, avaliação e autonomia. Essas ideias fortes adquirem mais consistência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996 e, posteriormente, em um conjunto de instrumentos legais que definem o modelo de avaliação a ser implementado e também os consequentes conceitos de qualidade e autonomia. A avaliação tem grande centralidade nas transformações.

O principal instrumento de avaliação do ensino superior de 1996 a 2002 foi o Exame Nacional de Cursos, teste aplicado a todos os alunos após o término das carreiras selecionadas. O resultado serviria - assim pensavam seus defensores - para determinar a qualidade das instituições e de cada carreira, bem como sua posição relativa em sua área.

Diferentes fenômenos e dispositivos legais combinados criaram um cenário favorável à livre expansão do setor privado, nos anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), entre eles: a) flexibilização da mídia com controle de resultados por meio um teste e análise das condições básicas de infraestrutura; b) conceder autonomia universitária também às instituições privadas que demonstrassem bom desempenho nos instrumentos de avaliação e controle; c) quadro de escassez de orçamentos públicos; d) desvalorização das IES públicas; e) aumento da demanda por ensino superior devido à intensificação dos processos de urbanização, ao crescimento da escolaridade nos níveis anteriores e ao valor econômico dos cursos superiores.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, resumem-se a seguir alguns dos aspectos relacionados ao arcabouço legal que mais vêm produzindo impactos no ensino superior:

1. Fortalecimento e ampliação do aparato jurídico; proliferação de leis, decretos e outros instrumentos normativos.
2. Avaliação centralizada no Ministério da Educação, na tentativa de garantir qualidade e eficiência.
3. Fragmentação, flexibilidade e heterogeneidade, para responder de forma mais plena e próxima às diversificadas demandas do mercado.
4. Abandono do princípio da não dissociação do trinômio ensino-pesquisa-extensão; O MEC considerou que a superação do "mito" da não dissociação seria necessária para liberar a criação de novas modalidades de IES, ampliar o sistema e ampliar as possibilidades de absorção de matrículas.
5. Estímulo ao desenvolvimento do setor privado, na lógica da expansão, diversificação, competitividade, eficiência e modernização.
6. Mudanças no ethos acadêmico e na percepção do papel social do ensino superior.

EXPANSÃO DE MATRÍCULAS E INSTITUIÇÕES

O fenômeno da expansão do sistema de ensino superior brasileiro está intimamente associado ao crescimento do setor privado. Desde a década de 60, primeiro com o forte apoio dos sucessivos Governos Militares (1964-1985) e posteriormente dos Governos do retorno à democracia, um amplo estímulo ao desenvolvimento do setor privado tem sido observado nas regulamentações e políticas de alta Educação. A opção pela expansão privada tem se beneficiado: controle estrito de orçamentos e duras críticas de setores governamentais e empresariais à universidade pública, principalmente no que se refere à "ineficiência" no dispêndio de recursos, à baixa oferta de cotas, à rigidez do currículo e a escassa “utilidade” do ensino superior para a economia em geral e, principalmente, para a indústria.

O crescimento do sistema havia sido mais intenso nas décadas de 1960 e 1970, mais lento nos anos 1980, a chamada "década perdida", e atingiu um grande boom a partir de 1996. Com efeito, com políticas oficiais francamente favoráveis à expansão do direito privado e o amparo legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, matrícula1vem crescendo de forma consistente, principalmente a partir de 1996, quando havia 1.868.529 alunos. Em 2003, o número total de alunos chegou a 3.887.022; em 2005, aumentou para 4.453.156; nesse mesmo ano se formaram 717.858 alunos. Hoje, 2007, aproximadamente 5.000.000 de alunos estão matriculados no ensino superior brasileiro. É interessante notar que as IES públicas oferecem 63% das vagas no período diurno e 37% no período noturno; nas IES privadas, quase o inverso é verdadeiro.

Em relação às cotas ofertadas, observa-se um crescimento bastante significativo. Em 1991, foram ofertados 516.663, número que saltou para 610.355 em 1995, depois para 1.216.287 em 2.000, passando para 2.429.737 em 2005, ou seja, o quíntuplo em uma década e meia.

Ainda em relação aos alunos, mudanças notáveis estão ocorrendo. Hoje já existe um elevado percentual de alunos com mais de 24 anos, alguns deles voltando para uma segunda carreira, a matrícula feminina supera a matrícula masculina e o número de alunos de grupos social e economicamente negligenciados é crescente. Isso nos leva a considerar que muitos dos alunos que agora têm a oportunidade de acessar o ensino superior apresentam deficiências culturais significativas, bem como sociais e econômicas. Isso justifica a necessidade de ações públicas que garantam a permanência, não apenas o acesso.

No entanto, embora a composição social dos estudantes não seja tão elitista hoje como antes, o Brasil ainda não entrou na categoria de massas. Com aproximadamente 12% dos alunos entre 18 e 24 anos cursando a universidade, o ensino superior brasileiro ainda é elitista, segundo a conhecida classificação de Trow. Porém, se for adotado o critério da taxa bruta de matrícula (TBM), o percentual se aproxima de 30%. Os últimos dados do Instituto de Estatística da UNESCO oferecem um GER de matrículas para o Brasil de 20%. (GUNI, 2008). Embora tenha havido uma expansão contínua das matrículas nos últimos dez anos, pode-se dizer que a meta do Plano Nacional de Educação (2001) de superar a marca de 7.000.000 de alunos em 2010 será muito difícil de alcançar.

As principais causas que dificultam um crescimento mais robusto são econômicas: a crescente deterioração da renda das famílias de classe média e o grande percentual de pobres na sociedade brasileira, em um contexto de baixa expansão do emprego. Atualmente, um quarto dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos são tão pobres que não poderiam permanecer em uma instituição de ensino superior, mesmo que fosse gratuita. A privação econômica também é uma das causas do alto índice de evasão, em torno de 40%. Por isso, a democratização da educação superior brasileira, além de políticas efetivas de acesso que beneficiem, principalmente, grupos tradicionalmente despromovidos, precisa proporcionar medidas sustentáveis de permanência que possibilitem a graduação com qualidade e o acesso a empregos de acordo com sua formação.

Organizações multilaterais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, tiveram papel de destaque nas po-

líticas francamente favoráveis à privatização do ensino superior como estratégia de expansão da cobertura. As "recomendações" do Banco Mundial para os países pobres ou em desenvolvimento são amplamente conhecidas em seu famoso documento Ensino Superior: Lições da Experiência (novecentos e noventa e cinco). Entre outras coisas, o Banco Mundial estabelece que esses países devem adotar políticas de privatização do ensino superior, dotar novas formas de regulação e gestão das instituições estatais que facilitem a diversificação das fontes de recursos financeiros, aplicar recursos públicos em instituições privadas, eliminar despesas com políticas compensatórias e de auxílio à permanência de alunos, criar instituições superiores não universitárias, etc.

O cenário de limitação do financiamento público e de aumento da demanda por escolaridade alimenta as tendências atuais, amplamente difundidas, que visam fortalecer os mecanismos de comercialização da educação superior. Como consequência das políticas setoriais adotadas pelos governos brasileiros desde a década de 1970, mas especialmente as promovidas a partir de 1995, o Brasil possui atualmente um dos sistemas de ensino superior mais comercializados do mundo: 73% das matrículas e 90% das instituições.

Embora agora de forma mais lenta, continua a proliferação de pequenas instituições, em sua maioria privadas e com uma oferta de ensino correspondente aos tipos de demandas e às condições de consumo educacional do meio ambiente. Em 2003, eram 1.859 IES, assim distribuídas: 163 Universidades (8,8%); 81 Centros Universitários (4,3%); 119 Institutos Integrados; 1.403 Faculdades (75,5%); 93 Centros de Tecnologia (5%). Desde 2006, Institutos, Faculdades Tecnológicas e Faculdades foram agrupados em uma única categoria. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação (INEP / MEC), em 2007 o Brasil contava com 177 Universidades, 185 Centros Universitários e 2.036 Faculdades, atingindo um total de 2.398 Instituições de Ensino Superior, das quais 105 eram Federal; 92 estados; 60 municipais e 2.141 particulares. Entre as empresas privadas, cerca de 80% têm fins lucrativos; os outros 20% são "comunitários" ou confessionais, sem fins lucrativos. Do total de IES, cerca de 10% são públicas. Em outras palavras, o sistema é majoritariamente privado e composto por pequenas instituições. Como também em outras partes do mundo, o ensino superior no Brasil passa a ser uma das commodities mais lucrativas. O PIB brasileiro cresceu 22,6% entre 1991 e 1997. No mesmo período, os serviços de ensino superior cresceram 24,2% (ANDES, 1999: 14). A entrada no cenário do ensino superior de muitos provedores com fins lucrativos tem a justificativa ideológica de que é necessário isentar o Estado de suas responsabilidades de fornecer os bens demandados pela sociedade. No Brasil, em 1995 e nos anos seguintes, o Governo do Presidente Cardoso chegou a propor, mas não conseguiu lançar, devido às fortes críticas da comunidade acadêmica, um projeto de transformação das universidades públicas em organizações sociais administradas por meio de contratos de gestão.

Além desses processos, intimamente associados ao crescimento da oferta privada e aos mecanismos próprios de gestão do mercado, surgem arranjos, que podem ser chamados de quase-mercado, pseudo - privatização ou privatização interna, que associam práticas e ideologias dos setores públicos com os mecanismos e lógicas do setor privado. Nas universidades públicas brasileiras, muitas práticas podem ser consideradas como privatizações internas ou pseudo -privatizações, como, por exemplo, adequações na oferta de cursos, programas e cotas às demandas de setores específicos do mercado, venda de serviços para empresas comerciais, cobrança de mensalidades estudantis em atividades extracurriculares, aluguel de espaços públicos, incorporação da cultura organizacional empresarial, pesquisa orientada para os interesses de grupos privados etc.

A expansão do ensino superior, mais claramente por meio da liberalização do setor privado, é, portanto, a forma mais evidente e significativa dos fenômenos que ocorreram nos últimos doze anos no ensino superior brasileiro. O grande aumento das matrículas e o grande número de institui-

ções privadas estão contribuindo para o sistema várias características e diferentes fenômenos: instituições de diferentes tipos, tamanhos, níveis de qualidade e modos de inserção social ajustados aos vários perfis, possibilidades financeiras e aspirações dos alunos. Clientes potenciais "; diferenciação das fontes de financiamento; mudanças no perfil dos alunos, com a incorporação de turmas antes relegadas, ou seja, absorção de um grande contingente de alunos que não conseguem ingressar nas IES públicas, muitos deles por meio de ações afirmativas do Ministério, além de aumentar a adesão de idosos e mulheres; novos tipos de oferta educacional de acordo com demandas de trabalho muito específicas; incorporação de professores, em geral sem formação pedagógica e de pesquisa adequada; oferta de formação profissional em ramos múltiplos e com tempos muito variáveis, muitas vezes de curta duração e com orientação claramente instrumental, dependendo das ocupações, com pouca exigência de qualidade e relevância acadêmica; Ensinamentos à distância; adaptação dos planos de estudo às emergências de mercado, etc. Da mesma forma, há uma proliferação franca de pequenas instituições. Por outro lado, existe uma empresa privada de ensino superior que absorve 180.000 alunos; alguns outros já têm cerca de 100.000 alunos matriculados.

O novo mapa da educação superior brasileira tem muitas causas e explicações, entre elas, a ideologia da desvalorização do público - vista como lenta, ineficaz e perdular - e a valorização do privado (presumivelmente mais eficiente e eficaz). Esta ideologia está na raiz do declínio dos recursos públicos, das políticas oficiais favoráveis às iniciativas de livre comércio e da adoção de medidas de "quase-mercado" (ou, como também são conhecidas, pseudo-privatizações ou privatizações internas). As configurações em curso correspondem também aos novos perfis de exigências ocupacionais, às conquistas sociais das mulheres, às pressões da classe média sobre o ensino superior e o ensino superior no atual contexto económico.

A expansão do sistema gerou a necessidade de contratação de um grande número de novos professores, nem todos com formação adequada para o ensino superior. Aliás, uma das medidas mais importantes adotadas pelo MEC, com forte apoio das universidades públicas federais e, mais ainda, das estaduais paulistas, tem sido a formação de pós-graduandos não apenas para a pesquisa dos mais diversos campos como, especialmente, para o magistério superior. Hoje, no Brasil, cerca de 10.000 doutores e 20.000 mestrados são concedidos anualmente.

De acordo com o Censo de 2005 (INEP / DEAES / MEC), dos professores em exercício no ensino superior brasileiro, 63.294 possuem doutorado, 105.114 possuem mestrado e 124.096 possuem alguma outra pós-graduação lato sensu (MBA, especialização, etc.), ou apenas a nota. A maioria dos professores doutores (66%) trabalha em instituições públicas. As empresas privadas preferem titulares de um título de mestre. A exemplo do que acontece com a matrícula de alunos (56% são mulheres), o número de professoras vem crescendo a cada ano, chegando atualmente a um percentual superior a 44%.

Nos últimos doze anos, o sistema público de nível superior experimentou um aumento insignificante em comparação com o setor privado. Entretanto, ocorrem mudanças importantes nos seus modelos curriculares, nas práticas pedagógicas, nas suas relações com o sector produtivo, nas exigências de qualidade da formação e investigação dos alunos, nos padrões de trabalho dos professores e nas relações com o Estado, especialmente nas questões de avaliação externa e regulamentação.

Os Estados hoje não são totalmente autônomos para estabelecer políticas de educação superior, nem as universidades. Eles vivem suas contradições internas: são um locus-conflitos e dilemas entre seus compromissos com os valores públicos, com a busca da verdade e da qualidade científica, com a relevância social de seus processos e produtos, com a ética e equidade, com as prioridades da sociedade, por um lado; e, de outro, as demandas auto - referidas do mercado, as estratégias e regulações do Estado, as pressões ideológicas da economia globalizada em um mundo de mudanças vertiginosas e perdas de valores de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior está numa encruzilhada e ninguém tem certeza sobre seu futuro. A questão central é saber se a lógica do mercado ou os valores e ethos sociais prevalecerão acadêmicos ou algo diferente dessas duas leituras. Os antigos conceitos de autonomia e liberdade acadêmica são cada vez mais condicionados por modelos econômicos e cada vez mais as instituições de ensino superior se organizam como empresas com fins lucrativos.

A educação existe, sem dúvida, para a liberdade. Mas as instituições educacionais estão sobrecarregadas com demandas múltiplas e contraditórias. Nem todos eles conduzem à liberdade, autonomia e emancipação.

Formar profissionais com perfis adequados às novas e mutantes demandas da economia, formar elites, contribuir para a autonomia e emancipação dos indivíduos e da sociedade, promover a cidadania, consolidar a democracia, preservar e transmitir cultura, produzir conhecimento, desenvolver ciência e tecnologia, aumentar a competitividade de empresas e países, prestação de serviços à comunidade, sensibilização da população, formação de atores de uma sociedade cada vez mais complexa, desenvolver nos indivíduos a atitude e a capacidade de aprendizagem e compreensão ao longo da vida das grandes questões, fortalecer os valores da boa convivência, aumentar a dimensão humana da raça humana - todas essas demandas contraditórias e muitas outras, a curto ou longo prazo, se colocam ao ensino superior e certamente não tem o poder de dar uma resposta satisfatória a todos eles.

Além dos problemas mundiais, existem algumas pendências no Brasil que exigem um enfrentamento determinado. Competitividade, mercado, privatização, novas tecnologias, novos modos de produção e aprendizagem do conhecimento, transnacionalização, integração regional, credenciamento, inserção global e outras questões se insinuam atualmente como desafios e oportunidades para a educação superior brasileira.

A educação superior brasileira tem o grande desafio de crescer com qualidade para consolidar e ampliar a capacidade social da população. Uma de suas tarefas mais importantes é contribuir, a seu modo e em seu âmbito, de acordo com sua missão e autoridade, para erradicar a pobreza, injustiças de todos os tipos, desigualdades, intolerância, violência, misérias de qualquer espécie que o desenvolvimento é totalmente humano e sustentável.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso, A gestão das instituições de ensino superior: o foco do financiamento, in DOURADO, Luiz Fernandes, CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira (orgs.), Políticas e gestão do ensino superior: transformações e debates recentes, São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003 (p. 219-239)

ANDES, Sindicato Nacional dos Professores da Educação Superior, Educação virou negócio, Brasília: InformANDES, 1999.

AROCENA, Rodrigo & SUTZ, Judith, The Latin American University of the Future. Tendências - Cenários - Alternativas, México: UDUAL, 2001.

BROCK, Colin, Origens históricas e sociais da regulação e acreditação do ensino superior para a garantia da qualidade, in: Ensino superior no mundo 2007, Acreditação para a garantia da qualidade: O que está em jogo?. TRES, Joaquín,
SANYAL, Bikas e LÓPEZ-SEGRERA, Francisco (eds.), Madrid: GUNI / Ediciones Mundi-Prensa, 2006.

CATANI, Afrânio Mendes & OLIVEIRA, João Ferreira de, A reforma da educação superior no Brasil nos 90: diretrizes, bases e ações, in: CATANI, AM & OLIVEIRA, Romualdo Portela (orgs.), Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil, Belo Horizonte: Autêntico, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Qual universidade? São Paulo: Editora Cortez- Autores Associados, 1989.

DIAS SOBRINHO, José. Dilemas da educação superior no mundo globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conheci-

mento? Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Paradigmas e políticas da avaliação da educação superior. Autonomia e heteronímia. In: Universidade e pesquisa científica VESSURI, Hebe. CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Buenos Aires. Novembro de 2006. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/vessuri/Jose%20D%20Sobrinho.pdf. Acesso em 10 nov.2022.

GUNI. Educação Superior no Mundo. Mundi-Prensa, Madrid. 2008.

LIMANA, Amir and BRITO, Márcia Regina Ferreira de. Considerações sobre a Educação Superior e avaliação no Brasil em F. XAVIER PAUNERO (ed.) América Latina: Documentos Territoriais. Documento Universitário, Publicações UdG, Girona, 2006, pp. 101-107.

LÓPEZ-SEGRERA, Francisco, Cenários mundiais e regionais da educação superior, in: Revista Avaliação, vol. 12, nº 3, RAIES / UNISO, Campinas; Sorocaba, 2007, p. 385-400.